



PODER JUDICIÁRIO  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS  
Diretoria da Subseção Judiciária de Muriaé  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE MURIAÉ

## PUBLICAÇÃO

A JUÍZA FEDERAL **FÁTIMA AURORA GUEDES AFONSO ARCHANGELO**, Diretora da Subseção Judiciária de Muriaé, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.427/2018 da Presidência da República, o PROVIMENTO-COGER Nº 38, de 12/06/09, com redação dada pelo PROVIMENTO Nº 39, de 03/11/09, ambos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e em cumprimento à RESOLUÇÃO N. 208/2012, de 04/10/2012, do Conselho da Justiça Federal, da Instrução Normativa -IN-13-01, a Portaria Presi 7013202, a Emenda Constitucional 95/2016, tendo em vista o Processo Seletivo destinado à formação de cadastro de reserva do quadro de estagiários da Subseção Judiciária de Muriaé/MG, regido pelo Edital DISUB/MRE N.º1, de 15 de AGOSTO de 2025, torna público o resultado preliminar do Processo Seletivo de Estagiários para estudantes do curso de Direito no âmbito desta Subseção Judiciária, conforme anexos deste comunicado.

### GABARITO DA PROVA OBJETIVA - ANEXO I

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
B	C	D	B	A	A	B	D	C	C
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	D	B	D	D	B	A	B	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	D	B	B	A	D	D	B	A
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
B	C	D	A	C	B	A	B	C	D

### QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA - ANEXO II

## **PROCESSO SELETIVO - ESTAGIO 2025**

### **QUESTÃO**

01 - Considerando o que prevê a Constituição Federal acerca dos princípios fundamentais, é correto afirmar que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é:

- a) a defesa da paz.
- b) a dignidade da pessoa humana.**
- c) a garantia do desenvolvimento nacional.
- d) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

### **QUESTÃO**

02 - Com base no art. 3º da CF/88 - Constituição Federal de 1988, assinale a alternativas abaixo a qual não corresponda a um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- a) construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- c) garantir proteção ao consumidor e punir condutas antieconômicas.**
- d) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

### **QUESTÃO**

03 - Os chamados remédios constitucionais são instrumentos jurídicos, mais precisamente verdadeiras ações processuais previstos na Constituição, que garantem aos indivíduos proteção de seus direitos fundamentais por meio de acesso ao Poder Judiciário quando estes são violados ou ameaçados pelo poder público ou até por particulares, despeitada a hipótese de cabimento de cada um deles, e funcionam como ferramentas que asseguram a efetividade dos referidos direitos constitucionais. Dentre os remédios constitucionais ou ações constitucionais o mandado de injunção foi criado pela CF/88 - Constituição Federal de 1988. A dizer, antes da Carta Cidadã de 1988 esse instituto não existia no ordenamento jurídico brasileiro, sendo uma inovação da CF/88 - Constituição Federal de 1988, inspirada no writ of injunction do direito anglo-saxão.

Assinale a alternativa correta que descreve a hipótese de cabimento do mandado de injunção:

- a) retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- b) anulação de ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- c) assegurar conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público.
- d) falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.**

### **QUESTÃO**

04 - Acerca do cabimento do mandado de segurança, remédio constitucional previsto na CF/88 - Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) poderá ser utilizado sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) conceder-se-á para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas-corpus ou habeas-data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.**

c) será concedida a segurança, via mandamental, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

d) a Constituição Federal não previu o mandado de segurança coletivo.

### **QUESTÃO**

05 - A Constituição Federal estabelece, no capítulo referente ao Poder Judiciário, a competência dos juízos federais. Assinale a alternativa que descreve corretamente hipótese que compete aos juízes federais processar e julgar:

a) **as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.**

b) as causas que versem sobre a anulação de atos administrativos federais, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal.

c) as ações populares propostas em face de entidades de economia mista federais ou estaduais.

d) as causas em que a União e suas entidades autárquicas figurem apenas como assistentes simples, sem interferência na competência.

### **QUESTÃO**

06 - O art. 5º, XXXIX, da CF/88 - Constituição Federal de 1988, assegura que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Alguns estudiosos consideram que esse princípio remonta à Magna Carta inglesa de 1215, editada na época do rei João Sem-Terra. Ademais, restou consagrado no art. 11 da DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948: “Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte de que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso”. Tal garantia corresponde especificamente ao princípio da:

a) **legalidade.**

b) inafastabilidade da jurisdição.

c) retroatividade da lei penal mais benéfica.

d) não-incriminação.

### **QUESTÃO**

07 - O art. 5º da CF/88 - Constituição Federal de 1988 estabelece alguns dos chamados direitos e deveres individuais e coletivos expressos.

Considerando tais direitos e deveres fundamentais, as alternativas abaixo estão corretas, exceto:

a) a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

b) **são assegurados, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder e a obtenção de certidões em repartições públicas e privadas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.**

c) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

d) a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

### **QUESTÃO**

08 – Conforme expresso na CF/88 - Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário, exceto:

a) o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça.

- b) o Conselho Nacional de Justiça.
- c) os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais.
- d) o Conselho da Justiça Federal.**

### **QUESTÃO**

09 – A CF/88 - Constituição Federal organiza o Estado brasileiro, delimitando a competência para legislar sobre determinadas matérias ora definida como privativa e ora como concorrente entre os entes públicos União, Estados e Municípios, ao passo que já a competência para executar determinados serviços e ações públicas se apresenta ora definida como exclusiva e ora como comum entre os entes públicos União, Estados e Municípios.

Assinale a opção correta que estipula uma característica relacionada à competência concorrente:

- a) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União não se limitará a estabelecer normas gerais.
- b) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.
- c) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exerçerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.**
- d) a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual então vigente.

### **QUESTÃO**

10 – A Constituição Federal expressamente estipula que legislar sobre direito processual e seguridade social, é de competência:

- a) privativa dos Estados.
- b) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal .
- c) privativa da União.**
- d) concorrente entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios .

### **QUESTÃO**

11 - São princípios administrativos expressos na Constituição Federal de 1988, exceto:

- a) legalidade.
- b) eficiência.
- c) motivação.**
- d) publicidade.

### **QUESTÃO**

12 - Sobre os princípios fundamentais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da moralidade, embora tenha forte componente ético, depende exclusivamente da avaliação subjetiva do administrador público, sem necessidade de respaldo normativo ou controle jurisdicional.
- b) o princípio da legalidade, na Administração Pública, distingue-se do princípio aplicável aos particulares, pois o agente público é livre para fazer tudo o que não é vedado por lei, e já o agente privado só pode agir de maneira imposta ou autorizada pela norma.
- c) a eficiência, como princípio constitucional, impõe ao gestor público o dever de adotar medidas que garantam rapidez na prestação dos serviços, ainda que isso implique a flexibilização da legalidade e da moralidade administrativas.

**d) a publicidade dos atos administrativos é princípio que visa à transparência e ao controle social, podendo ser relativizado nos casos previstos em lei, como no sigilo necessário à segurança do Estado e à proteção da intimidade.**

### **QUESTÃO**

13 - Um servidor público foi exonerado sob o fundamento de abandono de cargo. Posteriormente, ficou provado que o servidor estava em licença médica devidamente documentada no período alegado como abandono.

Considerando a chamada teoria dos motivos determinantes, é correto afirmar que:

- a) O ato de exoneração será válido, desde que tenha sido praticado por autoridade competente e respeitado o devido processo legal.
- b) O ato de exoneração será nulo, pois os motivos declarados para a prática do ato administrativo não são verdadeiros.**
- c) O ato de exoneração será válido, pois a Administração Pública tem o poder discricionário de exonerar servidores.
- d) O ato de exoneração poderá ser convalidado se a Administração apresentar novos motivos que justifiquem a decisão.

### **QUESTÃO**

14 - O ato administrativo, segundo Hely Lopes Meirelles, é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos. Considerando seus atributos, é correto afirmar que:

- a) a tipicidade é um atributo que autoriza o ato a inovar na ordem jurídica.
- b) a imperatividade confere caráter discricionário absoluto ao ato.
- c) a autoexecutriedade permite a criação de normas com força de lei.
- d) a presunção de legalidade e legitimidade implica que o ato é considerado válido até prova em contrário.**

### **QUESTÃO**

15 - O poder administrativo que permite ao agente público escolher a melhor forma de agir dentro dos limites legais é chamado de poder:

- a) hierárquico.
- b) de polícia.
- c) regulamentar.
- d) discricionário.**

### **QUESTÃO**

16 - Pertencem à Administração Pública Indireta, exceto:

- a) as autarquias.
- b) os Tribunais Regionais Federais.**
- c) as sociedades de economia mista.
- d) as fundações públicas autárquicas.

### **QUESTÃO**

17 - Acerca da estrutura da Administração Pública brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) somente por lei específica poderá ser criada autarquia.
- b) as empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público.
- c) a diferença entre sociedade de economia mista e empresa pública é que a primeira possui capital social exclusivamente público, enquanto a segunda apresenta capital majoritariamente público.
- d) sociedades de economia mista não podem criar subsidiárias.

### **QUESTÃO**

18 - Os atos administrativos podem ser classificados de diversas formas. Sobre a classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) os atos vinculados concedem margem de escolha à Administração Pública no seu conteúdo.
- b) os atos enunciativos expressam uma declaração da Administração sem impor obrigações ou criar direitos.**
- c) os atos negociais não exigem a manifestação de vontade do particular para sua validade.
- d) os atos punitivos comportam qualquer discricionariedade.

### **QUESTÃO**

19 - São absolutamente incapazes, nos termos da lei civil:

- a) os viciados em tóxicos.
- b) os pródigos de todo gênero.
- c) os ebrios habituais.
- d) os menores de 16 anos.**

### **QUESTÃO**

20 - À luz do Código Civil, a respeito dos direitos de personalidade assinale a alternativa correta:

- a) é nula a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- b) com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo seu exercício sofrer limitação voluntária.**
- c) se necessário, por ordem médica, qualquer pessoa pode ser obrigada a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou à intervenção cirúrgica.
- d) o pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

### **QUESTÃO**

21 – De acordo com o Código Civil, a respeito do domicílio da pessoa natural, assinale a alternativa correta:

- a) o domicílio da pessoa natural é exclusivamente o lugar de seu nascimento, independentemente de onde resida atualmente.
- b) o domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.**
- c) uma pessoa natural pode ter apenas um único domicílio, sendo vedada pela lei a existência de múltiplas residências.
- d) o domicílio da pessoa natural é sempre o lugar onde ela exerce sua profissão, mesmo que não resida nesse local.

## **QUESTAO**

22 – Conforme as disposições expressas do Código Civil, são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) os empreendimentos de economia solidária.
- b) os entes União, Estados, Distrito Federal e Territórios, e Municípios.
- c) os Estados estrangeiros.
- d) as autarquias.

## **QUESTÃO**

23 – À luz do Código Civil, quanto aos chamados bens fungíveis, pode-se afirmar que:

- a) podem ser fracionados sem alteração da substância.
- b) tornam-se indivisíveis por determinação legal
- c) supõem a existência de um bem principal.
- d) podem substituir-se por outros da mesma espécie.

## **QUESTÃO**

24 – Nos termos das disposições expressas do Código Civil, constituem atos ilícitos:

- a) deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.
- b) aqueles que, por negligência ou imprudência, violarem direito e causarem dano a outrem.
- c) os praticados em legítima defesa.
- d) os praticados no exercício regular de um direito reconhecido.

## **QUESTÃO**

25 - As normas fundamentais do processo civil brasileiro asseguram que:

- a) a lista de processos aptos a julgamento será disponibilizada para consulta pública, no mínimo, cinco dias úteis antes do julgamento.
- b) as partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.
- c) o processo começa por iniciativa da parte, desenvolve-se por impulso oficial, não se admitindo exceções.
- d) os juízes e os tribunais atenderão sempre à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

## **QUESTÃO**

26 - Lucas intentou ação em face de uma instituição financeira, tendo pleiteado a condenação da ré ao pagamento da quantia de cem mil reais, por força do descumprimento de uma obrigação que se originou de uma lei. Sustentou o autor que o descumprimento da lei foi o fato constitutivo de seu direito. Por sua vez, a ré, em defesa, alegou apenas que a mencionada lei não se aplicava ao caso concreto. Apreciando a causa, o magistrado julgou improcedente o pedido, por entender que a lei invocada era inconstitucional, sem conceder às partes a oportunidade de manifestação sobre essa questão constitucional.

Nesse sentido, a conduta do magistrado é:

- a) incorreta, uma vez que violou o princípio do contraditório, proferindo uma decisão-surpresa no processo.
- b) incorreta, uma vez que ele não pode reconhecer a inconstitucionalidade de uma lei.
- c) correta, uma vez que prevalece a celeridade processual e foi respeitado o princípio do contraditório.

d) correta, uma vez que não é necessário que as partes se manifestem quanto às questões de direito.

### **QUESTÃO**

27 - A jurisdição é o poder que o Estado exerce por meio de seus órgãos judiciários para resolver conflitos e aplicar o direito. A competência, por sua vez, refere-se à delimitação da jurisdição, ou seja, a sua distribuição aos órgãos judiciários que passam a tem a atribuição para julgar determinados casos.

Assinale a alternativa correta sobre a jurisdição e a competência no processo civil brasileiro:

- a) a competência absoluta pode ser modificada por acordo entre as partes.
- b) a jurisdição é exclusiva dos tribunais superiores.
- c) a competência territorial é sempre absoluta.
- d) a incompetência relativa deve ser arguida em preliminar de contestação.**

### **QUESTÃO**

28 - A figura do curador especial é um mecanismo do Direito Processual Civil que visa garantir a efetividade do contraditório e da ampla defesa, principalmente quando a parte é vulnerável ou não pode ser adequadamente representada em juízo. O curador especial é um representante processual obrigatório, nomeado pelo juiz, frequentemente um membro da Defensoria Pública. Neste sentido, a nomeação do curador especial representa uma intervenção do Estado para assegurar que partes que se encontram em situações específicas, como a revelia decorrente de citação ficta, ou a colisão de interesses entre o incapaz e seu representante, tenham seus direitos e alegações devidamente apresentados e defendidos no processo.

De acordo com o CPC - Código de Processo Civil, sobre a atuação do curador especial, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) o juiz nomeará curador especial ao incapaz, desde que este esteja assistido ou representado por advogado particular.
- b) a curatela especial será exercida pela Defensoria Pública, exceto quando o réu for revel citado por edital ou hora certa, caso em que a nomeação será livre.
- c) o juiz nomeará curador especial nos casos de colisão de interesses, apenas quando o incapaz for menor de idade e tiver representante legal.
- d) o juiz nomeará curador especial ao réu preso, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.**

### **QUESTÃO**

29 - A capacidade de ser parte e a capacidade para estar em juízo são requisitos essenciais para o desenvolvimento válido do processo. A capacidade de ser parte significa a aptidão para figurar nos polos ativo ou passivo de uma relação processual, enquanto a capacidade para estar em juízo significa a aptidão para praticar atos no processo. Neste contexto, as pessoas jurídicas e entes despersonalizados exercem sua capacidade para estar em juízo ou capacidade processual por meio de seus representantes, garantindo ao ente público a atuação de forma válida e legítima perante o Poder Judiciário.

De acordo com o CPC - Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorrecta que retrata a correspondente representação judicial dos entes federativos:

- a) a União, pela Advocacia-Geral da União.
- b) a autarquia e a fundação de direito público, por quem decreto do ente federado designar.**
- c) o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada.
- d) o Distrito Federal, por seus procuradores.

### **QUESTÃO**

30 - O litisconsórcio representa o instituto processual que nada mais significa do que a pluralidade de partes no mesmo processo, ou seja, ocorrendo quando há dois ou mais autores, denominado litisconsórcio ativo, quando há dois ou mais réus, denominado litisconsórcio passivo, ou até mesmo em ambas as situações, denominado litisconsórcio misto. Neste sentido, o chamado litisconsórcio necessário representa aquele no qual se dá por força de lei (ex.: na ação de usucapião, o art. 246, § 3º, do CPC determina expressamente que devem ser citados como réus tanto o proprietário registral do imóvel quanto todos os confrontantes, tornando obrigatória a presença de múltiplas partes no polo passivo) ou como decorrência da própria natureza da relação jurídica envolvida no caso concreto, a qual acaba por tornar indissociável que haja a pluralidade de partes no processo (ex: Na ação de divisão de bem comum entre vários coproprietários, todos os condôminos devem necessariamente participar do processo, pois a decisão judicial afetará igualmente os direitos de todos sobre a coisa comum, não sendo válido decidir sobre a divisão sem a presença de todos os titulares, o que representaria nulidade por violação ao devido processo legal). Já o chamado litisconsórcio facultativo representa aquele que as partes, por ato de vontade, escolhem estar conjuntamente no mesmo processo, mas, como já se pode imaginar, não ocorre "ao bel prazer" das partes ou do juiz, exigindo a presença de hipóteses legais que o autorizem e que sejam correlatas com a lide, ou seja, com o conflito de interesses entre as partes, o qual vem a ser apurado no processo judicial.

Assinale a alternativa incorrecta acerca de uma hipótese de cabimento do litisconsórcio facultativo:

- a) quando entre duas ou mais pessoas for dispensada a comunhão de direitos ou de obrigações relativamente à lide.**
- b) entre as causas houver conexão pelo pedido.
- c) entre as causas houver conexão pela causa de pedir.
- d) quando ocorrer afinidade de questões por ponto comum de fato ou de direito.

### **QUESTÃO**

31 - Estudos vêm apontando que as lides, quando são resolvidas pelas próprias partes, ou seja, quando há a autocomposição, resultam em decisões que possuem ainda mais efetividade do que quando comparado às hipóteses nas quais um terceiro, tal como um juiz ou árbitro, vem a impor a solução por meio de decisão a qual passa a vincular as referidas partes. Não por outra razão, os centros judiciários de solução consensual de conflitos foram previstos expressamente no CPC - Código de Processo Civil como estruturas especializadas para buscar estimular cada vez mais as soluções consensuais entre as partes, contando com o apoio de conciliadores e mediadores.

Assim sendo, de acordo com o art. 165 do CPC, que trata dos centros judiciários de solução consensual de conflitos, analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

- a) o conciliador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, podendo sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação.**
- b) o mediador atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliando os interessados a compreender as questões em conflito para que identifiquem, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.**
- c) a composição e organização dos centros serão definidas exclusivamente pelo Conselho Nacional de Justiça, sem participação dos respectivos tribunais na sua estruturação.
- d) os centros judiciários são responsáveis apenas pela realização de sessões de conciliação, sendo vedada a realização de audiências de mediação e o desenvolvimento de programas de autocomposição.

### **QUESTÃO**

32 – Assinale a alternativa que corresponde corretamente à hipótese quando uma ação proposta perante um tribunal estrangeiro não induzirá a chamada litispendência, ou seja, quando não se verificará o fenômeno processual de se repetir uma ação idêntica à outra que já está em curso.

- a) sempre.
- b) quando as causas não forem conexas.
- c) quando houver disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.**

d) quando não houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro.

### **QUESTÃO**

33 - Analise as competências a seguir.

- I. causas que versem sobre anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;
- II. demandas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;
- III. ações de mandado de segurança e de desapropriação.

Nos termos da Lei nº 10.259/2001, não são da competência dos Juizados Especiais Federais:

- a) I, apenas;
- b) I e III, apenas;
- c) II e III, apenas;
- d) I, II e III.**

### **QUESTÃO**

34 – A CF/88 – Constituição Federal de 1988 expressamente prevê o direito à previdência social, que, no RGPS - Regime Geral de Previdência Social, basicamente, o sistema que engloba a população em geral, a exceção dos servidores públicos civis e dos militares. O RGPS é administrado pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, que possui natureza jurídica de autarquia federal, o que atrai normalmente a competência da justiça comum federal para o processamento e julgamento das causas em que este vem a ser parte ou interessado, na forma do art. 109, I, da CF/88. Pois bem, a previdência social se baseia no princípio da contributividade, segundo o qual o acesso aos benefícios previdenciários está condicionado, em regra, ao prévio recolhimento de contribuições pelos segurados durante sua vida laborativa. Desta forma, o art. 201 da CF/88 prevê expressamente os riscos sociais que serão cobertos pela previdência social, os quais, por meio de atuação do legislador, portanto, na forma da lei, poderão vir a se tornar benefícios previdenciários cobertos pelo RGPS.

Assim sendo, analise a assertiva incorrecta abaixo que prevê um risco social previsto constitucionalmente a ser coberto no âmbito do RGPS:

- a) cobertura dos eventos de plena capacidade para o trabalho e idade avançada, bem como a proteção à maternidade, especialmente à gestante.**
- b) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário.
- c) salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- d) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

### **QUESTÃO**

35 - O objetivo da universalidade da cobertura e do atendimento está previsto no art. 194 da CF/88 - Constituição Federal de 1988 e refere-se à seguridade social, a qual compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinado a assegurar os direitos relativos à:

- a) saúde, educação e à assistência.
- b) previdência e à assistência social.
- c) saúde, previdência e à assistência social.**
- d) saúde, benefícios e à assistência.

### **QUESTÃO**

36 - De acordo com a CF/88 - Constituição Federal de 1988, analise as afirmativas abaixo a respeito da seguridade social e assinale V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s):

( ) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

( ) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, integrando o orçamento da União.

( ) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.

( ) Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base em alguns objetivos, como por exemplo: universalidade da cobertura e do atendimento.

A sequência correta de cima para baixo é:

a) V, V, F, V.

**b) V, F, V, V.**

c) F, V, F, V.

d) F, V, V, V.

### **QUESTÃO**

37 - Sobre o tema da seguridade social, analise as assertivas a seguir:

I. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

II. O desequilíbrio na forma de participação no custeio é um dos objetivos da seguridade social nacional.

III. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes exclusivamente dos orçamentos da União.

IV. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

É correto o que se afirma em:

**a) I, e IV, apenas.**

b) I, III e IV, apenas.

c) II, III e IV, apenas.

d) I e II, apenas.

### **QUESTÃO**

38 - Princípios são proposições que orientam e cristalizam valores fundamentais no âmbito jurídico e social. Considerando esse conceito de princípio, assinale a opção que corresponde a um dos princípios basilares da Seguridade Social no Brasil, enunciado como objetivo do Poder Público.

a) exclusividade da base de financiamento.

**b) equidade na forma de participação no custeio.**

c) caráter centralizado da gestão administrativa.

d) redutibilidade do valor dos benefícios em casos radicais.

### **QUESTÃO**

39 - Considerando os princípios e objetivos da seguridade social, analise as afirmativas a seguir.

I. Um dos princípios norteadores da seguridade social citados expressamente na Constituição Federal é o da solidariedade, princípio que se evidencia, por exemplo, ao se analisar a assistência social, na qual uma geração ativa contribui para custear as gerações passadas, que estão inativas.

II. A organização da seguridade social tem como um de seus objetivos o caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

III. No que concerne à previdência social, é prescindível a observância ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, assim entendido como aquele que busca estabelecer um sistema que correlacione benefícios e serviços da previdência social com fontes de custeio, visando à garantia da continuidade e certeza de longo prazo.

De acordo com as disposições constitucionais sobre o assunto, está correto o que se afirma em

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.

### **QUESTÃO**

40 – O SUS - Sistema Único de Saúde é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988. Analise as assertivas a seguir, acerca das diretrizes das ações e serviços públicos de saúde que o integram:

I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - atendimento parcial e apenas na medida das disponibilidades, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - participação da comunidade.

É incorreto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) III apenas.
- c) I, II e III.
- d) II, apenas.

### **RESULTADO PRELIMINAR - CANDIDATOS DO CURSO DE DIREITO - ANEXO III**

CLASSIFICAÇÃO	IDENTIDADE	CANDIDATOS	FACULDADE	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICADO/ INSUFICIENTE.	NOTA FINAL
1º	MG-22336977	JOÃO VICTOR ALVES DA SILVA	FAMINAS	23/07/2005	Classificado	100
2º	58916761255	LETÍCIA CRUZ PERIARD	FAMINAS	25/03/2004	Classificado	90
3º	MG-21.861.902	APARECIDA LUANA DE SENA	UNOPAR	13/10/2003	Classificado	77,5
4º	MG-19.072.737	HYANN CEZAR CARDOSO FERREIRA	FAMINAS	04/06/2004	Classificado	77,5
5º	MG-22.255.927	MARIA LUIZA DOS SANTOS LOURENA	FAMINAS	07/06/2005	Classificado	77,5
6º	MG-21.752.646	DAIANA JULIA LOMEU	UNOPAR	20/08/2003	Classificado	75

7º	MG-21.321.218	VITORIA PIMENTA CRESPO	FAMINAS	13/10/2003	Classificado	75
8º	MG-22.280.814	ANNA CLARA SOARES CRUZ	FAMINAS	27/01/2005	Classificado	75
9º	RJ-148.651.6478	ESTER SANTOS GERVÁSIO	FAMINAS	28/06/2006	Classificado	75
10º	MG-23.047.401	MARCUS VINICIUS ANDRADE DE JESUS	FAMINAS	06/01/2004	Classificado	72,5
11º	MG-19.707.528	VITÓRIA LUIZA SILVA RODRIGUES	FAMINAS	26/10/2004	Classificado	72,5
12º	MG-22.610.887	EDUARDA COSTA ROMAN PACHECO	FAMINAS	13/06/2001	Classificado	70
13º	MG-19.481.637	MARIA CLARA BOUSADA RIGHETI	FAMINAS	05/09/2005	Classificado	70
14º	MG-22.115.019	PEDRO MENDONÇA FERREIRA	FAMINAS	12/06/2003	Classificado	67,5
15º	MG-22.374.170	RODRIGO RIBEIRO GONÇALVES	FAMINAS	02/08/2003	Classificado	67,5
16º	MG-21.426.478	DHANIEL FILIPE VOLPATO DA SILVA	FAMINAS	27/12/2003	Classificado	67,5
17º	MG-21.605.463	DIEGO DA SILVA MARCOS	FAMINAS	03/03/2004	Classificado	67,5
18º	MG-20.205.089	VICTOR FRANKLIN DOS SANTOS SILVA	FAMINAS	19/05/2005	Classificado	67,5
19º	MG-21.055.270	MARIA FERNANDA MOREIRA BRAGA	FAMINAS	10/01/2006	Classificado	67,5
20º	MG-22.610.887	EDUARDA PEDROSA DORNELAS PEREIRA	FAMINAS	25/04/2006	Classificado	67,5
21º	MG-18.054.294	TIAGO DELFIACHI RODRIGUES	FAMINAS	23/10/1999	Classificado	65
22º	MG-22.296.154	LIDIANE FREITAS BRAGA	FAMINAS	12/04/2005	Classificado	65
23º	442.004.568-00	ANDREI LIMA VENÂNCIO	FAMINAS	03/05/2005	Classificado	65

24º	MG-21.779.194	SILAINÉ GOUVÉA CORREDOURO	FAMINAS	25/05/2002	Classificado	62,5
25º	MG-19.772.193	LORRANE FERREIRA DA SILVA	FAMINAS	13/02/2003	Classificado	62,5
26º	MG-20.188.051	MARIA FERNANDA PEREIRA LUCIANO AREDES	UNOPAR	18/03/2004	Classificado	62,5
27º	MG-23.558.140	HEMILY DA SILVA RIBEIRO	FAMINAS	19/04/2005	Classificado	62,5
28º	MG-21.705.708	GABRIELA ALBERTO MOREIRA	FAMINAS	27/03/2006	Classificado	62,5
29º	MG-21.384.902	MARIA VITÓRIA DA SILVEIRA SOUZA	FAMINAS	21/09/2004	Classificado	60
30º	MG-17.580.866	VICTOR REIS FERRAREZ	FAMINAS	13/07/2004	Insuficiente	57,5
31º	MG-20.044.236	JOPLIN BARBOSA DA SILVA	UNOPAR	12/07/1999	Insuficiente	55
32º	MG-21.840.690	LUÍS GUSTAVO DE AQUINO ELEOTERIO	FAMINAS	12/10/2003	Insuficiente	55
33º	MG-24.151.799	JULIA DE MORAIS FRANCO	FAMINAS	12/12/2003	Insuficiente	55
34º	MG-18.947.061	ISABELLA NAVEGA CAPOBIANGO	FAMINAS	17/03/2004	Insuficiente	55
35º	MG-18.897.329	GIULLYA DE SOUZA ARAÚJO	FAMINAS	07/12/2004	Insuficiente	52,5
36º	MG-23.591.992	MILENA DE SOUZA CARVALHO	FAMINAS	15/12/2002	Insuficiente	50
37º	MG-23.125.566	THAYAN LOPES SANTOS	FAMINAS	17/06/2003	Insuficiente	50
38º	MG-20.947.290	MAURÍCIO LOMEU SOARES DE OLIVEIRA	FAMINAS	17/12/2003	Insuficiente	50
39º	MG-23.539.117	GUILHERME ROBERTO GOMES PACÍFICO	FAMINAS	06/08/2004	Insuficiente	47,5
40º	MG-21.521.219	SAMARA HIGINO LUIZ	UNOPAR	20/06/1998	Insuficiente	45

**RESULTADO PRELIMINAR - CANDIDATOS PELO REGIME DE COTAS - ANEXO IV**

<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>IDENTIDADE</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>DATA DE NASCIMENTO</b>	<b>CLASSIFICADO/ INSUFICIENTE.</b>	<b>NOTA FINAL</b>
<b>1º</b>	<b>MG-21.861.902</b>	<b>APARECIDA LUANA DE SENA</b>	<b>UNOPAR</b>	<b>13/10/2003</b>	<b>Classificado</b>	<b>77,5</b>
<b>2º</b>	<b>MG-22.255.927</b>	<b>MARIA LUIZA DOS SANTOS LOURENA</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>07/06/2005</b>	<b>Classificado</b>	<b>77,5</b>
<b>3º</b>	<b>MG-23.047.401</b>	<b>MARCUS VINICIUS ANDRADE DE JESUS</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>06/01/2004</b>	<b>Classificado</b>	<b>72,5</b>
<b>4º</b>	<b>MG-20.205.089</b>	<b>VICTOR FRANKLIN DOS SANTOS SILVA</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>19/05/2005</b>	<b>Classificado</b>	<b>67,5</b>
<b>5º</b>	<b>MG-22.296.154</b>	<b>LIDIANE FREITAS BRAGA</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>12/04/2005</b>	<b>Classificado</b>	<b>65</b>
<b>6º</b>	<b>MG-21.840.690</b>	<b>LUÍS GUSTAVO DE AQUINO ELEOTERIO</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>12/10/2003</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>55</b>
<b>7º</b>	<b>MG-24.151.799</b>	<b>JULIA DE MORAIS FRANCO</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>12/12/2003</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>55</b>
<b>8º</b>	<b>MG-23.591.992</b>	<b>MILENA DE SOUZA CARVALHO</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>15/12/2002</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>50</b>
<b>9º</b>	<b>MG-23.125.566</b>	<b>THAYAN LOPES SANTOS</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>17/06/2003</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>50</b>
<b>10º</b>	<b>MG-23.539.117</b>	<b>GUILHERME ROBERTO GOMES PACÍFICO</b>	<b>FAMINAS</b>	<b>06/08/2004</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>47,5</b>
<b>11º</b>	<b>MG-21.521.219</b>	<b>SAMARA HIGINO LUIZ</b>	<b>UNOPAR</b>	<b>20/06/1998</b>	<b>Insuficiente</b>	<b>45</b>

**CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO/DESCLASSIFICAÇÃO APLICADOS - ANEXO V**

1. Em obediência à a Resolução do CNJ, nº. 336, de 29 de setembro de 2020, reserva-se aos candidatos negros ou pardos 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas pela Justiça Federal de Primeiro Grau em de Minas Gerais, Subseção de Muriaé, que participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme disposições do Decreto nº 9.427, de 28/6/2018.

2. Em obediência ao disposto no art. 17, § 5º, da Lei n. 11.788/08, será reservado aos candidatos aprovados portadores de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas neste Edital e daquelas que surgirem durante o prazo de validade do estágio.

3. Ficam reservadas aos negros trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio no âmbito da Justiça Federal.

4. A reserva de vagas de que trata este item, será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no processo seletivo for igual ou superior a 3 (três).

5. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo e, se houver sido selecionado ou contratado, será imediatamente desligado do programa de estágio.

6. A prova escrita com questões objetivas de caráter eliminatório, conterá 40 (quarenta) questões objetivas, de múltipla escolha, com 04 (quatro) opções de resposta, entre as quais apenas 01 (uma) será a correta.

7. O número mínimo de pontos para classificação na prova objetiva será 60 (sessenta pontos).

8. Cada questão objetiva valerá 2,5 (dois vírgula cinco) pontos e a prova terá um total de 40 (quarenta) questões.

9. Considerar-se-á aprovado na prova objetiva o candidato que obtiver, no mínimo, 60 (sessenta) pontos do total de pontos atribuídos a esta.

10. No caso de empate, aplicar-se-á a seguinte sequência de critérios de desempate:

a) candidato com idade igual ou superior a 60 anos (parágrafo único do artigo 27 da Lei nº 10.741/03 – Estatuto do Idoso);

b) candidato de idade mais elevada.

11. A classificação final dos candidatos dar-se-á pela ordem decrescente do total dos pontos obtidos, na escala de 0 a 100.

#### PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Muriaé/MG, 28 de outubro de 2025.

**FÁTIMA AURORA GUEDES AFONSO ARCHANGELO**

**Juíza Federal Diretora da Subseção Judiciária de Muriaé/MG**



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Aurora Guedes Afonso Archangelo, Juiz Federal Diretor da Subseção Judiciária**, em 28/10/2025, às 13:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1479523** e o código CRC **1CF3FD55**.